

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

Gadelha diz que o governo está sendo cobrado pela omissão

por Alceo Rizzi
de Salvador

O senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, disse ontem, em Salvador, que o governo "não terá mais constrangimento" em relação ao poder autônomo da Assembleia Nacional Constituinte, para a derrubada de várias emendas com as quais não concorda, durante o segundo turno de votação. "A sociedade está cobrando do governo a omissão que ele teve no primeiro turno de votação", comentou o líder do PFL no Senado.

Ele admitiu que será difícil derrubar as principais emendas aprovadas pela Assembleia Nacional Constituinte no primeiro turno de votação mas acha que isso poderá ser superado com maior desenvoltura do governo nesta fase da Assembleia Nacional Constituinte. A estratégia do go-

verno para este segundo turno de votação, além da redução do número de emendas a serem apreciadas, será distribuir os esforços para a rejeição dessas emendas aos "lobbies" dos segmentos sociais interessados, como no caso dos impostos que interessam principalmente aos empresários. "Vamos também tentar concentrar os esforços para as votações da terça, quarta e quinta-feira, usando os meios disponíveis de comunicação para que os constituintes compareçam", disse Gadelha.

Segundo o líder do PFL, já existem mapeados, no computador, 177 constituintes que sempre votam a favor das posições do governo e outros 140 parlamentares que só votam contra. Há ainda outros 60 constituintes que, de acordo com Gadelha, sempre estão ausentes das votações.

Bancos de desenvolvimento também combatem anistia

por José Fucs
de São Paulo

Os bancos de desenvolvimento estão reforçando o "lobby" das instituições financeiras para suprimir, no segundo turno da Constituinte, o dispositivo que prevê a anistia das dívidas contraídas durante o Plano Cruzado pelos pequenos e médios agricultores e micro e pequenos empresários urbanos.

Segundo informou ontem o presidente da Associação

Brasileira de Bancos de Desenvolvimento (ABDE), José Tiacci Kirsten, a entidade enviou ofício a todos os presidentes dos trinta bancos de desenvolvimento do País (excluído o Banco do Brasil) para que promovam gestões junto aos governadores dos estados, solicitando a influência destes junto às bancadas de congressistas para "derrubar" a anistia no segundo turno. (Leia reportagem na editoria de Finanças.)

Multinacionais lançam campanha na segunda

por Sérgio Garschagen
de Brasília

Na próxima segunda-feira, às 20h30, as multinacionais instaladas no País deflagrarão uma campanha de âmbito nacional com o objetivo de sensibilizar os constituintes dos benefícios do capital estrangeiro.

Em cadeia de televisão, será transmitido um filme de dez minutos para mostrar o desenvolvimento que o capital internacional trouxe para o Brasil, com dados sobre o número de empregos gerados e a trajetória percorrida pelo País, considerada a oitava economia do mundo capitalista.

"Os países que sinalizam com desapeço ao capital estrangeiro perdem investimentos", afirmou ontem a este jornal um dos responsáveis pela campanha, o presidente da Xerox do Brasil, Henrique Sérgio Gregory. Junto com os presidentes da Shell, Robert Antony Broughton; da Brascan Administração e Investimentos, Roberto Paulo César de Andrade; da Philips, Paulo Reis de Magalhães; e da Furukawa Industrial S.A., Anselmo Nakatani, Gregory foi recebido pelo presidente José Sarney no Palácio do Planalto. O objetivo da visita foi comunicar oficialmente ao governo sobre a campanha.

Previdência pode suportar a elevação dos custos, diz Archer

por Jurema Baesse
de Brasília

O ministro da Previdência e Assistência Social, Renato Archer, encaminhou, ontem, às lideranças políticas na Constituinte, um documento de 23 páginas onde esclarece que "as decisões tomadas pelos parlamentares no capítulo da Seguridade Social não são tão catastróficas como está sendo colocado". A previdência, assegurou, é capaz de suportar a elevação dos custos com os benefícios, uma vez que também será elevado o elenco de receitas que forma o orçamento do seu Ministério. O documento também foi entregue ao presidente José Sarney.

Archer observou, entretanto, que a Constituinte irá votar duas emendas que são do interesse da previdência e que poderão aliviar o impacto dos custos criados pela nova Carta. Uma delas é a do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) que acaba com a aposentadoria por tempo de serviço, mantendo apenas por idade e por invalidez. A outra, proposta pelo deputado José Vasconcelos (PMDB-PE), é considerada uma emenda de erro, uma vez que nesta fase não pode ser proposto nada novo. Esta

emenda sugere que seja reincluído no "caput do artigo 206 que os trabalhadores só terão direito aos benefícios da previdência social "mediante contribuição". Esta observação consta apenas de um dos parágrafos do artigo. Archer entende que, se constar do "caput", ele será mais abrangente.

Segundo o ministro, o Brasil é o único País que mantém a aposentadoria por tempo de serviço. Nos demais países, a aposentadoria é apenas por idade ou invalidez. Havia sido acertado, num acordo de liderança, que a aposentadoria nesta condição não seria aprovada, no entanto, explicou, ela foi aprovada e ainda ampliada para as mulheres.

OS ITENS DO DOCUMENTO

Consta do documento um anexo onde é demonstrado o impacto sobre as contas da previdência das medidas passíveis de estimativa.

• a atualização do valor dos benefícios e manutenção em número de salários mínimos, com repercussão a partir de 1989: CZ\$ 385,2 bilhões ou 18% de elevação sobre os custos.

• piso de benefício equivalente ao salário mínimo

para os trabalhadores urbanos e rurais: CZ\$ 66,3 bilhões e CZ\$ 341,5 bilhões, respectivamente. Em termos percentuais a elevação será de 3,1 e 15,9%, respectivamente. Esta medida só terá impacto depois de aprovados os novos planos de custeio e de benefício, o que só ocorrerá em 1990.

• concessão de amparo previdenciário a idosos e deficientes carentes, também a partir de 1990: CZ\$ 113,4 bilhões ou 5,3% de aumento sobre o custo:

• abono anual com base no valor dos benefícios do mês de dezembro: CZ\$ 66,3 bilhões, ou 3,1%.

• ampliação da licença maternidade para 120 dias: CZ\$ 10,7 bilhões ou 0,5%.

• concessão de licença paternidade de oito dias: CZ\$ 40,2 bilhões ou 2,3%.

CZ\$ 385,2 BILHÕES

No total, o impacto para a previdência, a preços de hoje, será CZ\$ 1,032 trilhão, ocorre que apenas CZ\$ 385,2 bilhões terão impacto depois de sete meses de promulgada a Constituição, e o restante só a partir de 1990, quando todas as etapas do novo plano de custeio e benefícios da previdência terão sido aprovadas pelo Congresso e implementadas pela União.

Archer explicou que ne-

ADUBOS TREVO  GRUPO LUXMA

Ulysses prevê votações terminando no final de agosto

por Adriana Vera e Silva
de Brasília

Na avaliação do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, o segundo turno de votação vai terminar no máximo até o final de agosto. Ontem, Ulysses respondeu às declarações do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA), de que a segunda rodada de votação da Constituinte deveria começar apenas depois das eleições municipais do próximo mês de novembro, afirmando que "não é isso que a Nação quer e nenhum constituinte me falou em adiamento do segundo turno."

"Eu entendo que a Nação foi mobilizada durante tantos anos para que pudéssemos escrever uma nova Constituição. Ela significa

uma etapa decisiva para a reestruturação do País e sua promulgação não pode ser adiada", argumentou Ulysses.

Segundo ele, embora cerca de um terço dos constituintes esteja envolvido nas eleições municipais, será possível terminar os trabalhos da Assembleia antes de novembro. "Acho que todos vão cumprir seu dever. Afinal, eles não disputaram a eleição para se tornar constituintes à toa", avaliou.

Na opinião do senador paraense Jarbas Passarinho, presidente nacional do PDS, "não é justo que os constituintes que realmente trabalharam desde o ano passado e agora estão cansados paguem pelos interesses daqueles que querem disputar as eleições municipais".

Mesa recebe 1.191 pedidos de destaque

por Adriana Vera e Silva
de Brasília

A mesa da Assembleia Constituinte recebeu ontem um total de 1.191 pedidos de destaque para a votação de emendas no segundo turno, que deve começar na próxima segunda-feira. O prazo para a apresentação de destaques começou ontem às 9 horas e termina hoje à meia-noite. Podem ser destacadas para a segunda rodada de votação da assembleia até 2.236 emendas, porque cada um dos 559 constituintes tem direito de apresentar até 4 pedidos de destaque.

A ordem de votação das emendas pelo plenário vai obedecer a dois critérios: a numeração dos artigos do texto constitucional aprovado no primeiro turno e dos destaques. Por isso, os primeiros destaques recebidos pela mesa da Constituinte vão corresponder às primeiras emendas colocadas em votação.

São do PMDB os primeiros 103 pedidos de destaque registrados pelos 32 funcionários da mesa da Assembleia. Para conseguir destacar as emendas de seus constituintes antes dos demais partidos, o PMDB co-

locou duas pessoas na entrada da mesa, 29 horas antes do início do prazo, iniciado ontem de manhã.

A primeira emenda destacada é de autoria do líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS). Ele estabelece a possibilidade de desapropriação, para fins de reforma agrária, das propriedades rurais produtivas, através da supressão do inciso II do artigo 190 do projeto constitucional resultante da votação em primeiro turno e revisado pelo relator Bernat do Cabral (PMDB-AM), que é chamado de projeto "B".

Durante toda a manhã de ontem a mesa da Constituinte recebeu um volumoso número de pedidos de destaque, devido ao interesse dos partidos em garantir a preferência de votação de suas emendas. À tarde, o movimento na mesa diminuiu bastante.

Amanhã e domingo os técnicos da Assembleia Constituinte vão ordenar as emendas destacadas de acordo com a numeração dos artigos a que se referem para que na segunda-feira possa começar a votação.

PT votará contra o projeto

por Flávio Porcello
de Porto Alegre

O presidente da executiva nacional do PT, deputado federal Olívio Dutra (PT-RS), revelou ontem a estratégia que o partido

pretende adotar para o segundo turno de votações da Constituinte. Embora considere "insatisfatório" o texto aprovado no primeiro turno, a executiva nacional do PT decidiu antontem

que os dezesseis constituintes eleitos pelo partido comparecerão ao segundo turno de votações para "garantir os pequenos e modestos avanços já obtidos e tentar melhorar alguns pontos como a questão agrária, que vai deixar a situação no País ainda pior do que é hoje", como frisou Dutra.

Ele acrescentou que, quando for apreciado o texto constitucional aprovado no primeiro turno, os dezesseis constituintes do PT, por considerá-lo "insuficiente" deverão votar não. Mas na votação por artigos, quando forem repassados todos os itens, "o PT

votará de acordo com os interesses dos trabalhadores". Dutra informou ainda, em entrevista a este jornal, que a executiva não decidiu todavia se os constituintes do PT assinarão ou não o texto final. "Isso será decidido no momento oportuno", afirmou.

O PT apresentou 64 emendas supressivas para serem votadas no segundo turno, e como sabe que o voto de seus dezesseis representantes é insuficiente para aprová-las, vai procurar um apoio extraparlamentar para tentar obter a adesão de outros constituintes às suas causas: a pressão popular.

Agenda

Ontem	Hoje
<ul style="list-style-type: none"> • DESTAQUES — Começou a correr o prazo para a apresentação de destaques das emendas que serão votadas no segundo turno da Assembleia Constituinte. A mesa da Assembleia recebeu 1.191 pedidos de destaques. 	<ul style="list-style-type: none"> • FIM DE PRAZO — Termina à meia-noite de hoje o período regimental a que os constituintes têm direito para destacar as emendas ao segundo turno. O número máximo que pode ser recebido pela mesa da Constituinte é de 2.236 pedidos de destaques.